



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E
CONTÁBEIS - ICEAC
CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR

LUCIANA DA SILVA SANTOS

A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 1995 E 2018: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO ÍNDICE GRAU DE ABERTURA TOTAL E ÍNDICE GERAL
DE BELA BALASSA.

Santa Vitória do Palmar

2019

Luciana da Silva Santos

A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 1995 E 2018: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ÍNDICE GRAU DE ABERTURA TOTAL E ÍNDICE GERAL DE BELA BALASSA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel, pelo Curso de Comércio Exterior da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Orientador: Prof^o Rafael Mesquita Pereira


Santa Vitória do Palmar

2019

Luciana da Silva Santos

A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 1995 E 2018: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ÍNDICE GRAU DE ABERTURA TOTAL E ÍNDICE GERAL DE BELA BALASSA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel, pelo Curso de Comércio Exterior da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.



Aprovado em 25/11/2019

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Rafael Mesquita Pereira

Profº. Me. Michelle Márcia Viana Martins

Profº. Me. Alécio Romero Gonçalves

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos os professores, que passaram nesta minha trajetória do curso, obrigada de coração a todos os ensinamentos e contribuições para esta etapa da minha vida.

Agradeço a toda a minha família, em especial as minhas irmãs e meu namorado pelo apoio e incentivo neste período da faculdade.

Agradeço a todos os meus colegas pelas contribuições e apoio, sem dúvida contribuíram muito para o meu crescimento.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a política comercial do Brasil, bem como as barreiras comerciais adotadas pelo país e o Grau de abertura total no período de 1995 a 2018. Para tanto foi feita uma pesquisa bibliográfica, buscando captar as barreiras comerciais adotadas pelo Brasil, e mostrando que há dois lados no protecionismo, o lado de que políticas protecionistas podem fazer com que o país perca espaço no mercado internacional, e o lado de que os produtores nacionais às vezes são prejudicados e, portanto precisam de proteção em sua indústria. Após são calculados os índices do grau de abertura total e o índice de bela balassa com o objetivo de analisar o grau de abertura total do país e verificar o índice de especialização do país através do índice de bela balassa. Os principais resultados obtidos foram que o Brasil é um país fechado internacionalmente, pois por mais que possua momentos de maior abertura comercial devido alguns fatores e acontecimentos da economia brasileira, ainda assim não aumentou sua participação significativamente internacionalmente, ou seja, a política comercial do Brasil é fechada e isso se aprofunda ao longo dos anos.

Palavras chaves: Protecionismo; liberalismo; comércio mundial.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
LISTA DE GRÁFICOS	6
LISTA DE FIGURAS	7
1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 Política comercial	11
2.2 Protecionismo x Liberalismo comercial	13
2.2.1 Protecionismo.....	13
2.2.2 Liberalismo Comercial	17
2.2.3 Política comercial do Brasil	29
3 METODOLOGIA	25
4 RESULTADOS.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice Grau de abertura total no período de 1960-2016.....	25
Gráfico 2: Índice Grau de abertura total da economia Brasileira no período de 1995-2018.....	27
Gráfico 3: Índice de Bela Balassa para a economia Brasileira – período 1995 a 2018	32

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1: Ranking de PIB, Exportações e Importações Mundiais, Países Selecionados, 2016.....	32
--	----

1 INTRODUÇÃO

O comércio exterior é um fator decisivo no desenvolvimento econômico, movimentando a economia dos países e desenvolvendo as nações, pois possibilita que os países comercializem entre si, dado que nenhum país consegue produzir todos os bens que a sociedade precisa, então cada país se especializa nos produtos que produz de forma mais eficaz e comercializa-os via mercado internacional (SOUSA, 2009). Acerca disso, as nações buscam pela globalização e pela integração econômica, a aproximação dos países se dá por blocos econômicos, tratados e diversas maneiras que possam facilitar o comércio entre eles. Porém a prática de importação pode causar perda de competitividade dos produtores nacionais no comércio interno, pois os preços externos são mais competitivos do que os nacionais (SOUSA, 2009)

O Brasil é considerado um país protecionista, pois restringe a importação de mercadorias do exterior com o objetivo de proteger seu mercado interno. Esse protecionismo se dá através de barreiras comerciais, que visam impor dificuldades ou limites na compra de mercadorias do exterior e tornar os produtos nacionais mais competitivos (CARVALHO; SILVA, 2007).

As barreiras comerciais são divididas de duas formas: Barreiras Tarifárias e Barreiras Não Tarifárias. Conforme a Confederação Nacional da Indústria (2017) as barreiras tarifárias são aquelas que restringem o comércio por meio de impostos. “Já Barreiras não tarifárias, podem ser descritas como qualquer restrição ao comércio que seja distinta das barreiras tarifárias” (CNI, 2017, pág. 30).

Quando fala-se em protecionismo, encontra-se na literatura duas abordagens. O lado de que políticas protecionistas podem fazer com que o país perca espaço no mercado externo, provocando atraso tecnológico e, acomodação por parte das empresas nacionais por não terem uma forte concorrência externa, já que essas medidas tendem a protegê-las. Porém analisando por outra ótica, uma possível redução no imposto de importação, pode prejudicar as vendas nos setores internos e com isso causar desemprego e outros fatores negativos no mercado doméstico.

Portanto o objetivo da pesquisa é analisar a política protecionista no Brasil, e através dos indicadores Grau de abertura total e índice de bela balassa visualizar se o país é protecionista, e como essa política comercial vem acontecendo no país no

período de 1995 a 2018. O período de 1995 a 2018 para a pesquisa e análise dos indicadores foi escolhido, pois foi após o plano real e criação da Organização Mundial do Comércio.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro faz-se uma breve introdução do assunto, explicando o quanto o comércio internacional é importante para os países, visando mostrar a importância de tal estudo. No capítulo dois é feita uma fundamentação teórica, com o objetivo de estudar os principais autores e estudos a respeito do tema protecionismo. No terceiro capítulo, com o objetivo de identificar o grau de abertura do Brasil, é calculado dois índices que podem mostrar tais resultados, são eles o índice do Grau de abertura total dos países, e o índice de bela balassa. No quarto capítulo, apresentam-se os resultados de tais índices, e será feita a ligação com a teoria e as barreiras que vêm sendo impostas no Brasil. No quinto capítulo serão feitas as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

O comércio mundial, além de ser um importante fator de renda para os países, também é uma das principais fontes de abastecimento para o consumo das sociedades, pois supre as necessidades de consumo, pelos quais nem todos os países são capazes de produzir (MAIA, 2014).

O ser humano percebeu que era difícil produzir tudo o que precisava. Era mais fácil fazer dez coisas iguais do que sete diferentes. Assim nasceu a divisão do trabalho: um indivíduo produzia apenas um tipo de objeto em quantidade superior as suas necessidades e trocava os excedentes. A divisão do trabalho não só aumentou a produtividade como também permitiu a melhoria da qualidade (MAIA, 2014, pág.1).

Portanto o comércio é uma via de duas mãos. As vendas são representadas pelas exportações e as compras pelas importações e que além da divisão do trabalho, outros fatores tornaram o comércio internacional uma necessidade. Uma delas é a forma desigual como alguns recursos naturais são distribuídos pelo planeta, pode-se citar as jazidas minerais e o petróleo, por exemplo. Em alguns lugares não há disponibilidade, em outros é abundante. Outra forma é a diferença de solos, clima, o que faz com o que em alguns países é vantajoso produzir produtos agrícolas dadas às condições favoráveis, como no Brasil, e em alguns não é possível justamente pelo mesmo motivo. E a última é a diferença dos estágios de desenvolvimento das economias. Um exemplo pode ser utilizado os aviões exportados pelo Brasil de porte médio, porém importados os aviões de grande porte (MAIA, 2014).

Visto isso, pode-se concluir que o comércio se expandiu além de suas fronteiras, e foi aumentando ao longo dos séculos, tornando-se cada vez mais praticado em cada país. Com isto, veio os problemas de como os governos poderiam proteger seu mercado doméstico de tais concorrências e práticas no comércio (SANTOS; PIACITELLI, 2017). Na próxima seção, serão apresentados os meios que executam estas medidas protecionistas na prática.

2.1 Política comercial

O comércio internacional é regulamentado por mecanismos que podem promover ou restringir os bens e serviços. Essa forma de promoção ou restrição chamada de política comercial. A política comercial por sua vez é muito importante, por ter relação direta com o desenvolvimento dos países, com influência sobre o bem-estar da população, da geração de emprego e renda no mercado (LEITÃO, 2013).

Portanto há um grande debate na literatura entre liberalismo e protecionismo, visto que uma das formas de comércio é oposta a outra, e ambas são mecanismos da política comercial, que como já dito podem promover ou restringir o comércio dos bens e serviços. Segundo Carvalho e Silva (2007), as barreiras comerciais são instrumentos do protecionismo e não acabaram com o fim do mercantilismo, pois o livre comércio é mais exceção do que regra tanto nos países menos desenvolvidos quanto nas economias industrializadas Logo, geralmente o governo intervém em busca de proteção aos produtores domésticos, que concorrem com os produtores estrangeiros, reduzindo as importações através de diversas formas de intervenção pública sobre o comércio exterior (CARVALHO; SILVA, 2007).

As barreiras comerciais como já explicado anteriormente são compostas pelas barreiras tarifárias e não-tarifárias. A barreira tarifária, é uma tarifa que possui relação direta com o preço da mercadoria importada, ela é cobrada quando a mercadoria entra no país, podendo ser: específica, *ad valorem* ou mista. (CARVALHO; SILVA, 2007). O imposto específico é aquele cobrado por unidade importada, já o *ad valorem*, é cobrado como uma porcentagem do preço do produto, é o mais utilizado na atualidade, e o misto “implica cobrança de determinado montante por unidade importada do produto, além de um percentual sobre o preço” (CARVALHO; SILVA, 2007 pág. 56). Já a quota é caracterizada como uma barreira não tarifária que intervém na quantidade, ou seja, é uma restrição quantitativa que pode ser imposta sobre o valor ou volume das importações (CARVALHO; SILVA, 2007).

No Brasil, era comum utilizar a modalidade de tarifa específica, porém com a reforma tarifária de 1957, passou-se a adotar o sistema predominante utilizado a modalidade *ad valorem* (CARVALHO; SILVA, 2007 p. 56).

O momento histórico onde houve um protecionismo mais acentuado foi quando ocorreu a grande depressão em 1929. As tarifas chegavam a ser proibitivas, em um nível tão elevado que cessavam na totalidade as importações. Atualmente, a tarifa fixada pelas economias é em torno de 5%, uma das formas mais antigas de tributação. Antigamente o sistema tarifário era utilizado como importante fonte de receita do governo, e atualmente em alguns países é utilizada como parcela expressiva da receita pública (CARVALHO; SILVA, 2007).

As tarifas podem impactar diretamente no comércio exterior, visto que um aumento da tarifa alfandegária, por exemplo, causaria redução nas importações, por aumentar o preço do produto externo, assim inibindo as importações. (CARVALHO; SILVA, 2007).

Sobre a ótica do bem-estar social da tarifa em relação aos consumidores e produtores domésticos, “a tarifa provoca perda para os consumidores, que pagam os preços mais elevados, e não são compensados integralmente pelos ganhos dos produtores e receita do governo” (CARVALHO; SILVA, 2007, pag. 59). O protecionismo igualmente é implantado e isso se justifica, pois existem milhões de consumidores e cada um paga uma parte destes custos sem se contrapor a eles, já os produtores e trabalhadores, visto que são os beneficiários desta proteção, caso ocorresse o contrário iriam pressionar as autoridades para implementação de medidas protecionistas.

O Subsídio é uma forma de incentivo as exportações, feita por meio do governo, com o intuito de reduzir os custos das empresas. Assim busca que os produtos fiquem mais competitivos internacionalmente. Há diversos casos em que este benefício é concedido e promove benefícios aos produtores, as formas mais usuais, são as isenções de tarifas aduaneiras, de transporte, dentre outras (SOUSA, 2009).

Em oposição às políticas de subsídio, tem-se as cláusulas de Salvaguarda que são instrumentos utilizados para restringir a importação de um produto, quando a indústria nacional foi prejudicada ou está sendo ameaçada. No momento da comprovação de tais práticas, poderão ser utilizadas as medidas de salvaguarda, a fim de restringir temporariamente a importação do produto (SOUSA, 2009)

2.2 Protecționismo x Liberalismo comercial

Nesta seção seo discutidos o protecționismo e o liberalismo comercial, visto que são formas opostas de mercado.

2.2.1 Protecționismo

O protecționismo vem sendo adotado como prática de mercado por muitos países e por muito tempo, consolidando-se a partir da crise de 1929. No entanto, alguns países vinham tentando uma forma de regular as relações comerciais internacionais, e uma delas foi  criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), negociado na carta de Havana com o objetivo de “impulsionar a liberalização econmica e combater práticas protecționistas adotadas desde a década de 1930” (SOUSA, 2009). A Organização Mundial do Comércio (OMC) emerge em 1995, apoiada nos acordos do GATT, contando também com um sistema de soluções de controvérsias para melhor regulamentar as relações econmicas comerciais entre os países (SOUSA, 2009).

Porém conforme dito pelos autores Carvalho e Silva (2007, p.86)

Apesar dos esforços a favor da liberalização do GATT e da OMC, o protecționismo ainda é uma realidade. A argumentação básica em sua defesa parte do pressuposto de que há falhas no mercado que justificam a intervenção pública. A principal delas esta relacionada a distribuição dos ganhos decorrentes da liberdade de comércio que privilegiem alguns setores ou países, em detrimento de outros. Os defensores advogam o emprego da política comercial estratégica, em particular se o país encontra-se numa etapa incipiente de seu desenvolvimento. Essa é à base dos argumentos da indústria nascente, substituição de importação, redução do diferencial de slrios, entre outros.

Um dos argumentos mais utilizados na defesa ao protecționismo é a proteção da indústria nascente, que faz alusão a indústria que está em etapa de desenvolvimento, sem a capacidade de poder beneficiar-se das economias de escala, pois o seu custo de produção é alto e se ainda tiver que concorrer com empresas estrangeiras com experiência e anos no mercado não terá chances de sobrevivência. O protecționismo protagoniza neste cenário com o objetivo de garantir

que a empresa possa expandir-se gradualmente, sem tal concorrência, até atingir um determinado tamanho ótimo de mercado. Quando atingido o nível de competitividade necessário, a proteção deverá ser retirada e a indústria poderá competir no mercado de forma igualitária para que ambas beneficiem-se do comércio de forma favorável (CARVALHO; SILVA, 2007).

Esse argumento é um dos mais antigos, surgiu no início do século XIX pelo economista e político alemão Friedrich List, pois na época a Alemanha era apenas incipiente enquanto que a economia inglesa já era bastante industrializada. “A proteção temporária desta foi considerada imprescindível para fazer surgir à vantagem comparativa, que seria “asfixiada” no nascimento, caso tivesse que enfrentar a concorrência inglesa” (CARVALHO; SILVA, 2007 p. 87). Esse argumento foi utilizado por muitos países em suas políticas comerciais, vale destacar três economias desenvolvidas atualmente: Estados Unidos, Alemanha e Japão, cujas fases iniciais de suas industrializações foram marcadas por fortes barreiras protecionistas (CARVALHO; SILVA, 2007).

Segundo Oliveira (2011), List não vê o protecionismo como uma forma total de governo, mas sim como uma maneira de alcançar um objetivo. enxerga o protecionismo como um meio de alcançar o fim específico de construção e desenvolvimento de uma nação forte que possa vir a comercializar num mundo com livre comércio.

Outro autor também considerado marco da defesa do protecionismo foi Johann Gottlieb Fichte, com a obra intitulada “O Estado Comercial Fechado”, publicada em 1800. Nessa obra, é indicado que uma nação deve ser autárquica, ou seja, totalmente fechada para o comércio internacional. (OLIVEIRA, 2011).

Há uma diferença entre os pensamentos dos autores List e Fichte. Para Fichte, o livre comércio não traz vantagem nenhuma para o país, enquanto que para List o livre comércio pode trazer ganhos em comércio, porém quando praticado entre nações com poder econômico semelhante. List diz que o protecionismo deve ser mantido até que o país fortaleça sua indústria para participar do comércio de forma benéfica. (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Barral (2002) o protecionismo é praticado e justifica-se como um mecanismo temporário para que os Estados nacionais possam se desenvolver. Destaca também que essa possibilidade de proteção a sua indústria nascente é legitimada pela Organização Mundial do Comércio, pois trata-se também de uma

questão de segurança no que diz respeito ao produzir o necessário para manter seu mercado.

Outro argumento em favor do protecionismo é a redução do desemprego. Um dos argumentos mais fortes do protecionismo e pode ser ilustrado com um exemplo: “Quando se compra um produto feito no exterior está se gerando empregos lá fora, e quando se compra um produto nacional se geram empregos aqui” (CARVALHO; SILVA, 2007 pág. 89). Portanto essa é a argumentação de produtores que sofrem com as concorrências externas que causam o desemprego, e então pressionam o governo para que adotem medidas que possam compensar e ajudá-los a proteger seu mercado, como as medidas de Salvaguarda. (CARVALHO; SILVA, 2007).

O estímulo a substituição de importações também foi um argumento defensor do protecionismo desenvolvido por membros da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), cujo mentor foi Raul Prebisch, economista argentino, membro da CEPAL, que em seu artigo publicado após a II Guerra e hoje conhecido como “Manifesto Latino-Americano” deu início as explicações para o atraso dos países da América Latina (CARVALHO; SILVA, 2007). O ponto inicial do argumento foi a descoberta de que os países menos desenvolvidos, tradicionais exportadores de produtos primários e importadores de produtos industrializados eram os mais prejudicados, pois as relações de trocas eram desfavoráveis para si. Segundo Prebisch, quando os países vendiam seus produtos primários externamente perdiam a capacidade de importar aqueles bens industrializados, que eram considerados essenciais para o crescimento tecnológico. Portanto afim de resolver tal problema e superar esse estrangulamento, foi proposto que deveria ser desenvolvida uma indústria dinâmica na qual fosse capaz de produzir os produtos que antes eram importados (CARVALHO; SILVA, 2007).

O impedimento ao comércio desleal, também é um forte argumento em favor do protecionismo, visto que cada país deve exportar seus produtos a preços justos para concorrer no mercado, ocorrendo o contrário irá prejudicar a estrutura de vantagens comparativas e as relações de trocas internacionais. O dumping é uma prática desleal no comércio internacional. Ocorre o dumping quando uma empresa exporta um produto para um país a um valor inferior do que praticado em seu mercado doméstico, essa diferença de valor por si só é caracterizada prática desleal de dumping (CARVALHO; SILVA, 2007). Portanto, quando houver tal comportamento desleal é natural que o país prejudicado adote barreiras

protecionistas para defender os produtos nacionais. Neste caso essas barreiras protecionistas não possuem o propósito de dar vantagens ao produtor doméstico e sim de restituí-los pelos danos causados pelo país exportador. O subsídio é considerado uma prática desleal no comércio internacional se direta ou indiretamente contribuir para aumentar exportações ou reduzir importações.

Foram citados diversos argumentos utilizados na defesa do protecionismo, como a defesa das empresas nacionais, o estímulo para o país aumentar sua produção e suas exportações, a redução do desemprego. Logo são pautadas formas que desenvolva o comércio interno para haver a comercialização livre internacionalmente no futuro. Segundo Davanzo et. al. (2018), o Brasil é um dos principais países que utilizam as práticas protecionistas, e que possui resultados favoráveis na proteção da sua indústria. Porém, também foi destacado pelos autores que o Brasil reduziu essas práticas devido algumas desvantagens, como as dificuldades na importação de matérias primas que são necessárias na produção internamente. Contudo confirmou-se no estudo que o protecionismo é necessário na economia Brasileira, não haveria como fechar a economia brasileira, porém também não poderia ser conduzida sem nenhum protecionismo, pois poderia causar o descontrole no mercado interno, prejudicando as empresas nacionais.

Outro argumento favorável ao protecionismo relaciona-se ao impedimento do comércio desleal, pois quando o país se sentir prejudicado em relação a outros países, pode-se utilizar de medidas de defesa comercial para a proteção do seu mercado. Segundo Maldaner et. al. (2015), no ano de 2008, haviam 92 medidas de defesa comercial no Brasil, para impedir ou dificultar a entrada de mercadorias estrangeiras e no ano de 2015 somaram-se 128. Ou seja, houve um crescimento, sendo que 43 medidas eram sobre o mercado chinês, mostrando como o Brasil vem implantando medidas que protejam seu mercado, principalmente com os países que são considerados ameaças, que além da China, os Estados Unidos, a Coreia do Sul, Alemanha, dentre outros.

Segundo Ferraz (2015) o Brasil é umas das economias mais fechadas do mundo, considerando suas altas tarifas, e além delas outras questões como as barreiras técnicas, que tratam sobre questões de segurança, saúde e qualidade que são utilizadas cada vez mais atualmente. Não há uma teoria que trata sobre o protecionismo, visto que seus resultados e efeitos, dependem de fatores em relação ao mercado e contexto histórico (BARRAL, 2002).

2.2.2 Liberalismo comercial

O livre-comércio é o modelo de mercado no qual a comercialização entre os países é feita sem a intervenção do estado (MAIA, 2014). Um dos autores pioneiros que falam sobre o livre-comércio é o filósofo e economista escocês Adam Smith, um dos mais importante teórico do liberalismo econômico. O autor desconstruiu a idéia que permeava na época de que uma economia saudável é aquela que deve incentivar as exportações e restringir as importações, essa idéia era em razão dos mercantilistas que pregavam que uma nação rica é aquela que deve ter acúmulos de riquezas, comprando o mínimo possível das mercadorias estrangeiras. A partir de Adam Smith essa idéia foi desconstruída, visto que uma nação deveria se especializar na produção em que tinha vantagem absoluta, ou seja, os bens que produzissem melhor e importaria os bens que os demais países produzissem de forma mais eficaz, tornando o comércio aberto e benéfico a todos os países. Adam Smith também dizia que as empresas privadas deveriam agir de forma independente das ações estatais, e que essa competição de mercado levaria a baixa de preços e conseqüentemente a suba dos salários, trazendo bem-estar para as sociedades (CARVALHO; SILVA, 2007).

Um autor muito importante também na defesa do livre-comércio foi o economista e político David Ricardo, que deu seqüência no pensamento de Adam Smith, no que se refere ao liberalismo econômico. O autor também defendia a idéia de que a economia deveria agir sem a intervenção do Estado. Ricardo criou a teoria das vantagens comparativas, que dava ênfase na vocação ou qualidade que o país tinha de vantagem em relação ao demais, como por exemplo, o clima, localização geográfica e demais razões que tornasse o país mais produtivo em detrimento de outros em determinados produtos. Assim, cada país produziria os bens em que era mais produtivo e comercializava os produtos os quais não possuía vantagem na produção, trazendo ganhos de comércio para todos os países (CARVALHO; SILVA, 2007).

David Ricardo, em sua obra *The principles of political economy and taxation*, publicado em 1817, fundamentou o seguinte princípio: “Se na ausência de comércio os preços relativos de dois bens diferem de

um país para outro, então os dois países podem beneficiar-se mutuamente de uma troca de bens com relações intermédias de preço” (SOUSA, 2009, p. 37).

Portanto, David Ricardo deu continuidade à obra de Smith, mostrando que por mais que algum país não possuísse vantagem absoluta em algum produto, poderia mesmo assim obter ganhos de comércio, pois cada um iria se especializar na produção dos bens que possuísse o menor custo em relação aos demais. Ou seja, seria analisado em questão o custo de oportunidade, que é o quanto um produto precisa ser sacrificado para produzir uma unidade adicional de outro bem. Dessa forma o país teria menos custos para a produção, e comercializaria o outro produto o qual deixou de produzir, assim conseguindo ganhos de comércio (SOUSA, 2009)

Após a teoria de David Ricardo, foi criada a teoria de Heckscher-Ohlin, uma continuidade dessas teorias já mencionadas. O modelo de Heckscher-Ohlin foi desenvolvido pelos suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin, em 1970, que afirmaram que os países deveriam focar suas produções nos produtos que possuem fatores abundantes para a produção. Ou seja, o país exportaria o bem que possui fator abundante de produção e importaria aquele que iria necessitar a utilização do fator escasso, que neste caso iria demandar mais custos de produção (KRUGMAN *et al.*, 2015).

De acordo com Mill (1991) mesmo que no passado a regulamentação dos preços era dever do Estado, o livre comércio traz vantagens aos compradores e vendedores, pois permite que eles possam escolher produtos com valores mais baixos sem restrições. Assim os preços seriam definidos pelo próprio mercado.

Segundo Adam Smith a intervenção do Estado impondo barreiras e fixação de preços é inútil, pois o comércio estabelece os preços através da lei da oferta e da demanda (FRIEDMAN, 2014).

A lei da oferta e da demanda é uma lei natural na qual regulamenta o preço dos produtos de forma natural na medida em que há mais demanda ou mais oferta de produtos, ou seja, quando um bem é procurado pelos consumidores em quantidades acima das que estão à disposição no mercado o preço sobe. Quando o preço sobe automaticamente alguns consumidores que não dispõem destes valores excedentes decidem destinar seu dinheiro a outros bens. Os investidores por sua vez quando vêem que o valor do produto está mais alto e mais rentável decide

investir no produto, e é então quando a concorrência aumenta e faz com que o preço baixe, dessa forma as leis da oferta e da demanda agem no mercado de forma natural ajustando os preços de forma que os consumidores e fornecedores possam escolher e se beneficiar daqueles produtos que necessitam sem que sejam impostas restrições. Quando há a intervenção do Estado fixando o preço de um produto, ou colocando barreiras tarifárias nos produtos faz com que esse equilíbrio natural, não funcione, fazendo com que determinados produtos sobrem e outros fiquem escassos.

A partir de tais teorias, o que os economistas defensores do livre comércio defendem é que não haja restrições nos produtos nem aumento dos preços, pois com o livre comércio os valores são ajustados de forma natural fazendo com que todos os consumidores sejam abastecidos de produtos. Assim os consumidores podem de acordo com o melhor preço e melhor qualidade que os convenham sem a intervenção do Estado. Com o liberalismo econômico os consumidores terão uma maior variedade nos produtos, uma concorrência maior, o que aumentará o emprego, reduzirá o preço e aumentará o progresso tecnológico e aumento do desenvolvimento econômico.

2.2.3 Política comercial do Brasil

O Brasil começou suas fases de industrialização no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945), o objetivo principal da política de Vargas era fortalecer as indústrias nacionais para que não ficassem sujeitos ao comércio internacional (BATISTA, 1994). Portanto, um dos meios pelos quais foram utilizados para o alcance de tal objetivo foi a substituição de importação, na qual o governo intervinha contra os produtos importados de forma a onerá-los. Assim, tornando os produtos externos mais caros, e os nacionais mais competitivos. Estimulou também os investidores a produzir no país o que antes exportava ao Brasil, e também adotou políticas para atrair o capital estrangeiro. O Brasil utilizou-se também, além das barreiras tarifárias, as barreiras não-tarifárias para a proteção da indústria (BATISTA, 1994). Essa forma de política adotada pelo Brasil, de incentivar o desenvolvimento da indústria por meio da proteção e incentivos permaneceu até 1970, mas perdeu força com as reformas de liberalização comercial de 1990. Em 1988, deu início a reforma tarifária brasileira, eliminando e suprimindo algumas sobretaxas e regimes

fiscais especiais, fazendo com que a tarifa média nominal de 57,5%, em 1987, passasse para 32,1%, em 1989. (VEIGA; RIOS, 2018).

Já em 2000 “o Brasil voltou a concentrar seus esforços no incentivo à produção industrial e ao adensamento das cadeias produtivas, lançando mão de um variado menu de instrumentos de política industrial e comercial” (VEIGA; RIOS, 2018, pág. 328).A partir de 1990 o Brasil passou a utilizar mais também, os recursos de proteção, em destaque o de antidumping (VEIGA; RIOS, 2018).

Segundo Veiga e Rios (2018), a abertura comercial foi uma fase de grande importância no desempenho do processo de industrialização e também corroborou para reduzir os níveis de inflação que havia na época. Porém apesar de tal importância, deu-se continuidade nos instrumentos de proteção de política comercial (VEIGA; RIOS, 2018).

Um dos meios de medir a proteção adicionada aos setores domésticos é a proteção efetiva, que segundo Veiga e Rios (2018):

Trata-se da medida do efeito da estrutura tarifária sobre o valor adicionado da produção nacional por meio da comparação entre o valor adicionado observado (em presença de proteção) e o valor adicionado de livre-comércio (descontados os efeitos das tarifas incidentes sobre bens finais e insumos)

Este estudo foi realizado por Castilho (2015), onde é possível visualizar que há uma proteção forte em determinados setores da economia brasileira (VEIGA; RIOS, 2018). Contudo, “o Brasil é o país que tem o maior número de produtos sujeitos as tarifas de importação superiores a 10%” (VEIGA; RIOS, 2018, pág. 332).

A partir do exposto pode-se visualizar que a economia brasileira possui fortemente uma política comercial com instrumentos de proteção, que além das barreiras tarifárias, em 2011 incorporou mais o uso das medidas antidumping e outras não-tarifárias e técnicas (VEIGA; RIOS, 2018).

Em relação aos acordos e tratados os quais o Brasil faz parte, vale ressaltar que em 1946 com o objetivo de combater as práticas protecionistas que tinham sido adotadas na década de 1930, e incentivar o liberalismo comercial, 23 países negociaram por meio da carta de Havana o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que começou a vigorar em 1948, regulamentando o comércio por muitos

anos. Em 1995, entrou em função a Organização Mundial do Comércio (OMC), substituindo o GATT, com o objetivo da redução de tarifas, abertura dos setores protegidos, regulamentação de medidas sanitárias, fitossanitárias, e antidumping, além disso, contando com um fórum de solução de controvérsias, para melhor regulamentar o comércio internacional (SOUSA, 2009).

Com a aproximação comercial entre Brasil e Argentina, surgiu então o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), pelos seguintes países: República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai, por meio da assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991. Os principais objetivos desse bloco regional é a integração progressiva dos Estados Partes, a livre circulação de bens, serviços, o estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC), uma política comercial comum para os países que não fazem parte do bloco, dentre outras. O MERCOSUL se constitui de grande importância para o Brasil, visto que aumentou consideravelmente suas exportações desde o início do bloco (SOUSA, 2009)

Atualmente as principais tarifas impostas em um processo de importação são: II (Imposto sobre Importação), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), PIS (Programa de Integração Social), COFFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social), ISS (Imposto sobre serviços) e o IOF (Imposto sobre operações de crédito). Algumas dessas alíquotas são cobradas de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) do produto, então na medida em que o governo quer restringir a entrada de determinada mercadoria, aumenta a alíquota de determinada tarifa. Além das barreiras tarifárias, o Brasil é um dos países que mais demanda os fóruns da Organização Mundial do Comércio (OMC), para a proteção do seu mercado, tanto como demandado, como demandante.

Os órgão e secretárias responsáveis são por regulamentar essas normas de defesa são:

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) é o órgão competente para tratar de questões relativas ao comércio exterior, inclusive a aplicação de mecanismos de defesa comercial. Para a realização de suas atividades, o MDIC conta com o auxílio de órgãos especializados, dentre os quais a Secretaria de Comércio Exterior

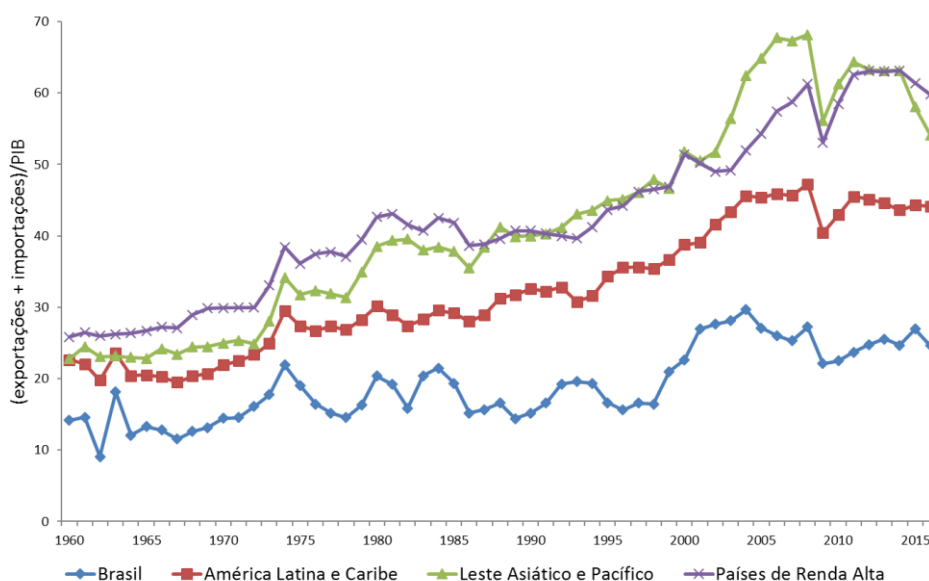
(SECEX). No âmbito da SECEX, o Departamento de Defesa Comercial (DECOM) é o órgão responsável pela condução das investigações desta natureza. Além disso, eventuais recomendações de aplicação de medidas de defesa comercial podem ser apresentadas pelo DECOM à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) (DEREX, 2013, p. 7).

No próximo capítulo será abordada a metodologia utilizada no trabalho, no qual serão expostos os métodos pelos quais será utilizado para chegar aos resultados esperados, portanto agora ainda nesta sessão será feita uma breve revisão empírica de alguns estudos que já calcularam estes índices.

Brum e Didolich (2009), assim como outros autores, vêm utilizando estes indicadores para chegar aos resultados em seus trabalhos, tanto com o GAT, como o IBB. Brum e Didolich (2009) em seu trabalho os autores discutiam sobre o grau de abertura comercial e a taxa de cobertura global do Brasil entre 1950-2006, e utilizaram o GAT para a obtenção de seus resultados. As contribuições do estudo apontam que durante o período de 1950 a 2006, o Brasil em nenhum momento apresentou um grau de abertura superior a 27%. A média do grau de abertura durante o período pesquisado foi de apenas de 16%, havendo dois momentos de maior abertura: o primeiro entre 1952 e 1955 (período Getulista) e o segundo, a partir de 2000 até 2004 (período de FHC e início do governo Lula) (BRUM, DIDOLICH, pág. 8, 2009).

Os autores Ferraz, Ornelas e Pessoa (2018) também realizaram um trabalho no qual foi utilizado o grau de abertura total. O objetivo do trabalho foi analisar a situação atual da participação brasileira no comércio internacional. Os autores calcularam o GAT com demais países a fim de ver essa relação de abertura comercial entre o Brasil e o exterior. O cálculo foi feito entre o Brasil, a América Latina, países do Leste Asiático e Pacífico, e países de renda alta, de 1960 até 2016. Os resultados são demonstrados no Gráfico 1.

Gráfico 1- Índice Grau de abertura total no período de 1960-2016



Fonte: Ferraz, Ornelas e Pessoa (2018)

O Brasil possuiu um nível histórico de abertura comercial baixo em relação aos demais países. Um ponto muito importante destacado pelos autores é que a taxa de abertura comercial do Brasil em relação ao resto do mundo se aprofunda ao longo dos anos. Há anos em específico que a taxa aumenta em razão de alguns acontecimentos da história brasileira, como o *boom* de *commodities* em 2000, mas “a taxa de abertura no Brasil nos anos 1960 e hoje é de apenas 10 pontos percentuais (p.p.). Enquanto isso, países de renda alta apresentam aumento de 37 p.p.; países do leste asiático e do Pacífico de 31 p.p.; e países da América Latina de 21 p.p.” (FERRAZ; ORNELAS; PESSOA, p. 13, 2018). Portanto, podemos ver de acordo com o gráfico que o Brasil é considerado uma economia fechada, e que isso se aprofunda ao longo dos anos.

Souza (2005) realizou um trabalho no qual utilizou o Índice de Bela Balassa como um indicador para chegar aos resultados necessários em sua pesquisa, a metodologia será aplicada para análise do intercâmbio entre Brasil e os novos países da União Européia. O objetivo era medir a predominância de setores industriais, em que as empresas de pequeno e grande porte industriais exportadoras sejam relevantes com as vendas para os novos mercados criados pelo alargamento da União Européia para os 25 países (SOUSA, 2005). O autor calculou o índice de bela belassa com os dez novos países da União Européia, sendo eles Polônia (PL) – Hungria (HU) – República Tcheca (THC) – Eslovênia (SLV) – Eslováquia (SLK) –

Estônia (EST) – Letônia (LET) – Lituânia (LTH) – Malta (MLT) – Chipre (CHP), e após realiza o índice de bela balassa com a União Européia. Os resultados encontrados pelo autor mostram que “os países em estudo com maior nível de integração são: Hungria, Eslovênia, Estônia, Lituânia e Chipre, pois o Índice Geral de Bela Balassa é superior à média da União Européia, refletindo maior especialização relativa exportadora do Brasil.” (SOUSA, p. 27, 2005).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no trabalho será pautado no cálculo dos índices: Grau de abertura total (GAT) e o índice de Bela Balassa (IBB).

O Grau de Abertura total é o índice utilizado para visualizar o grau de abertura do país no comércio internacional (SOUSA, 2009). É calculado pela seguinte fórmula:

$$GAT = \frac{(X + M)}{PIB}$$

O “X” representa as exportações e o “M” as importações, ou seja, somam-se as exportações e as importações, que representa o cálculo da corrente de comércio e divide-se pelo Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada economia, durante um determinado período de tempo. O resultado obtido fornece a relação comercial do país com o resto do mundo em termos de abertura comercial (LIMA, *et. al.*, 2015). O GAT nos mostra o nível de transações comerciais que os países mantêm com o resto do mundo (BRUM; DIDOLICH, 2009)

O Índice de Bela balassa exibe a razão entre o saldo da balança comercial e corrente de comércio (SOUSA, 2009). Quando o índice se aproxima de (+1) demonstra que há grau de especialização, no caso do inverso, apresentando valores próximos de (-1) significa que o país está fraco em especialização (SOUSA, 2009). Sendo calculado pela seguinte equação.

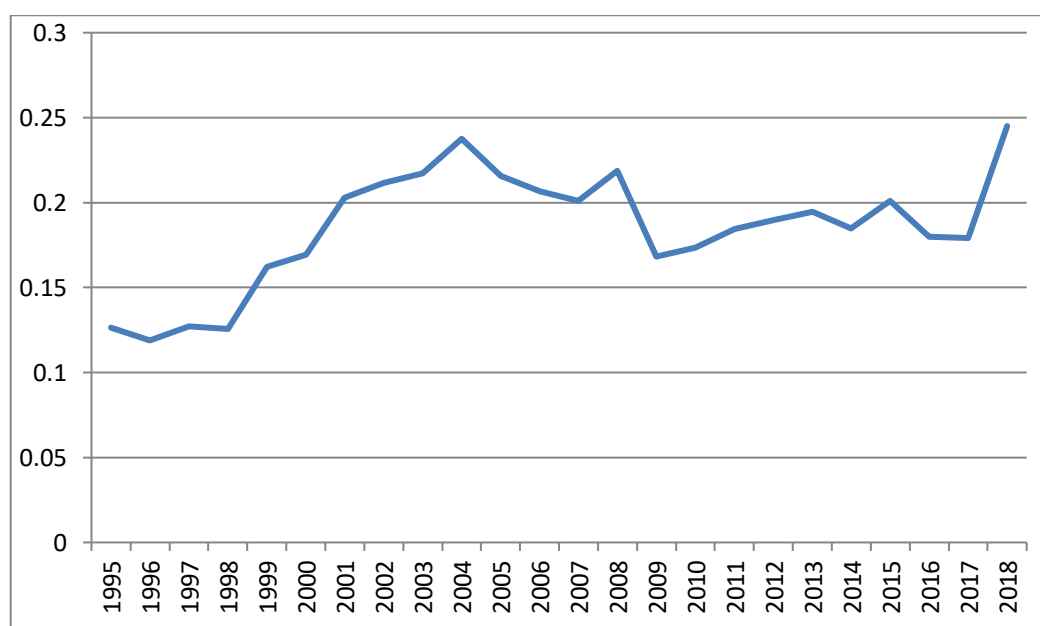
$$IBB = \frac{(X - M)}{(X + M)}$$

A intuição do IBB é primeiramente subtrair as exportações das importações e dividir com o resultado da soma das exportações com as importações. Com tal resultado pode-se verificar se o país exporta ou importa mais bens e serviços (LIMA *et. al.*, 2015).

RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados dos cálculos dos índices propostos. O Gráfico 2 mostra o comportamento do índice Grau de Abertura Total da economia brasileira entre os anos de 1995 e 2018.

Gráfico 2 - Índice do grau de abertura total (GAT) da economia Brasileira – período 1995 a 2018



Fonte: Elaboração própria com os dados do Comex Stat

Como explicado em nossa seção metodologia, o grau de abertura total (GAT) tem a finalidade de nos mostrar a relação comercial do país com o exterior, de outro modo, as suas transações comerciais com o resto do mundo. Neste caso, calculou-se o GAT no período de 1995 a 2018. Pode-se observar que no ano de 1995, o país tinha uma baixa relação comercial com os demais países, e estes resultados podem se dar devido alguns fatores que estavam acontecendo no país e no resto do mundo neste período de 1995 a 1998.

Até os anos de 1980 a política comercial brasileira era voltada para o plano de substituição de importações, política implantada para restringir a entrada de produtos do exterior, isto é substituir o que antes havia sendo importado por produtos do mercado doméstico, com o objetivo de fortalecer a indústria, com isto foram colocadas várias barreiras tarifárias e não-tarifárias no comércio, alguns

produtos até eram proibidos de entrar no país. Portanto como pode ser visto o Brasil era marcado com fortes políticas comerciais de protecionismo. Em 1990 com a reforma tarifária algumas barreiras não-tarifárias foram retiradas e nos anos entre 1991 e 1994 também foram reduzidas as tarifas cobradas (RESENDE *et. al.*, 2018).

No entanto como pode-se ver no Gráfico 2, no período de 1995 o Brasil tinha uma baixa relação comercial. Nesta época o país estava sendo governado por Fernando Henrique Cardoso, onde com o Plano Real criado por Itamar Franco e continuado por FHC estava se recuperando de uma grande hiperinflação, passando por um processo de estabilização dos preços. Nos anos de 1995, 1997 e 1998 no resto do mundo estavam acontecendo algumas crises que acabaram por afetar outros países como o Brasil, a crise mexicana em 1995, crise do sudeste asiático em 1997 e a crise russa em 1998 (RESENDE *et. al.*, 2018).

Ainda de acordo com o gráfico 2, foi feito um cálculo para saber a média obtida para o período de 1995 a 2018. Chegou-se ao resultado de 0,18. Em 1996 o país tinha uma relação de abertura de 0,11, ou seja, 0,07 pontos abaixo da média; em 1997 o país segue com o mesmo valor e em 1998 com 0,06 abaixo da média.

A crise do Sudeste Asiático em 1997 afetou diversas economias, inclusive o Brasil que teve que aumentar fortemente a taxa de juros para prevenir uma fuga de recursos externos, o que provou a desaceleração da economia brasileira. Já em 1998 um ano após a crise do Sudeste Asiático, a Rússia entrou em crise financeira, que novamente afetou o Brasil, por ataques especulativos contra o real, e a fuga de capitais, portanto em 1999 o Brasil foi obrigado a desvalorizar o real (RESENDE *et. al.*, 2018).

Após estes acontecimentos em 1999, foram estabelecidas novas políticas econômicas, como o câmbio flutuante e a economia se estabilizou, Na década de 2000 é possível observar um crescimento. No cenário internacional os anos 2000 foi onde ocorreu forte crescimento global e foi a década onde houve o boom de *commodities* em 2004, que possui influência direta com o Brasil, visto que é um forte produtor dos mesmos e por este motivo causou o aumento das exportações (RESENDE *et. a.l.*, 2018).

Em 2001, houve um crescimento da abertura comercial. Já em 2000 a abertura comercial brasileira estava em 0,16 e em 2001 ocorreu uma subida para 0,20 no índice, 0,04 pontos acima do ano anterior e 0,02 acima da média. A partir de 2001, continua em uma tendência de crescimento. Em 2003 com 0,03 pontos acima

da média e em 2004 onde tivemos o nosso pico, valor mais alto do período estudado com 0,05 pontos acima da média.

Entre 2001 até 2004 a relação comercial do Brasil com o exterior vinha em um crescimento. Em 2005 a economia brasileira beneficiou-se do ritmo de crescimento da economia mundial, o Brasil estava caminhando para chegar a 30% do seu PIB em comércio exterior (LEAL, 2013).

A partir de 2005 como pode-se observar teve um pequeno declínio, embora o GAT esteja acima da média, mas em relação ao ano de 2004 tivemos uma baixa de 0,02 pontos do gráfico. Em 2006 baixa-se apenas 0,01 em relação ao ano anterior, que se manteve praticamente nos mesmos valores até 2008. Já em 2009 nota-se um declínio de 0,05 pontos em relação ao ano de 2018, baixando 0,02 pontos abaixo da média, o que pode ter ocorrido pela crise financeira de 2008 que causou instabilidade em todo o mercado financeiro mundial.

A crise de 2008 foi ocasionada pela inadimplência de empréstimos concedidos a pessoas com baixa probabilidade de pagamento, esses empréstimos eram chamados de “*subprime*”. Essas dívidas estavam espalhadas por bancos e fundos de investimentos por todo o mundo, o que ocasionou a crise pela falta de pagamentos dos empréstimos e financiamentos concedidos. Com isto, ocorreu a queda dos valores imobiliários e conseqüentemente a crise se espalhou para outros setores financeiros dos Estados Unidos e do resto do mundo. Um dos bancos de investimentos mais conhecidos nos Estados Unidos faliu e com ele outros bancos também perderam dinheiro o que causou instabilidade no mercado financeiro pelo mundo todo (CECHIN; MONTOYA, 2017).

Segundo Oliveira (2017) a crise financeira de 2008 ocasionou o aumento de medidas restritivas e de proteção ao mercado doméstico em vários países. Assim como no Brasil, que utilizou medidas de proteção ao mercado interno e cada vez mais a intervenção do estado na economia Brasileira. O autor destacou que o país tem um caráter protecionista há décadas e que cada vez mais concentra sua política comercial em instrumentos de proteção à sua indústria. Contudo, vejamos que as crises de 2008 assim como as crises já citadas, como as do Sudeste Asiático e da Rússia, possuem influência com o grau de abertura do país, visto que alguns países aumentam as suas medidas de protecionismo. Com conseqüência, isto afeta a relação de compra e venda de bens e serviços, conseqüentemente a corrente de comércio é afetada.

Em 2010 pode-se notar que houve um pequeno crescimento referente à corrente de comércio do Brasil, mesmo que seja de apenas 0,01 ponto em relação ao ano anterior, porém ainda abaixo da média. No entanto neste ano o Brasil destacou-se em fornecedor de alimentos para o mundo, teve participação acima de 5% das exportações mundiais agrícolas em 2010 (OLIVEIRA, 2017).

Já em 2011, 2012, 2013 e 2014 a relação comercial se manteve praticamente na média, aumentando apenas 0,01 pontos em 2013. No entanto esse fato pode encontrar explicação na queda constante no PIB presenciada no país que antecedeu uma recessão que durou até 2017 e se manteve baixa até 2018 (RESENDE *et. al*, 2018).

Em 2018, observa-se um crescimento de 0,17 pontos do gráfico para 0,24; com 0,07 pontos acima do ano anterior e 0,06 pontos acima da média. Segundo o Ministério da Economia esse é o segundo melhor desempenho desde 1989 e esse aumento é tanto dos volumes embarcados, como dos valores dos bens e serviços. Ou seja, no ano de 2018 ocorreu a maior abertura comercial de todo o período estudado. Isso ocorreu, dado o aumento significativo tanto nas exportações, quanto nas importações. Isto é um aumento na corrente de comércio (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Todas essas informações são acontecimentos que vêm ocorrendo na economia brasileira e que afetam a política comercial do país. Pode-se citar, as trocas de governo, onde são implantadas novas políticas comerciais por cada presidente; o câmbio, que afeta diretamente as exportações e importações; as crises que ocorrem pelo mundo, uma vez que afetam os parceiros brasileiros e suas relações de compra e venda. Todos esses fatores influenciam o nível de corrente de comércio. No entanto a economia brasileira apresentou alguns picos, um deles quando ocorreu o boom de *commodities*, que devido ao Brasil ser um forte produtor de produtos agrícolas causou aumento na sua corrente de comércio e por fim uma abertura comercial maior. Ainda assim, no geral pode-se ver que o Brasil ao longo dos anos se manteve constante, estagnado, houve algumas mudanças devido alguns fatores apresentados, mas ao observar todo o período estudado, praticamente o Brasil não alterou significativamente as suas relações com o exterior.

Oliveira (2017) realizou um trabalho no qual aplicou o índice de abertura comercial do Brasil dos anos de 1990 a 2010 e concluiu em sua pesquisa que o Brasil é um país relativamente fechado. Por mais que seu grau de abertura tenha

aumentado nos anos de 1990 a 2010 saindo de 10,6% para 18,8% com crescimento de 24,5%, em 2004, a economia brasileira continua a não ter uma significativa parcela de participação do comércio internacional.

Ferraz, Ornelas e Pessoa (2018) realizaram um estudo do grau de abertura do Brasil em relação a demais países e verificou-se que o país é considerado um país fechado e que esta aquém de suas possibilidades de comércio com os demais. Os autores destacaram que a taxa de abertura comercial do Brasil em relação ao resto do mundo se aprofunda ao longo dos anos, há anos em específico em que a taxa aumenta em razão de alguns acontecimentos da história brasileira, como o *boom* de commodities, mas “a taxa de abertura no Brasil nos anos 1960 e hoje é de apenas 10 pontos percentuais (p.p.). Enquanto isso, países de renda alta apresentam aumento de 37 p.p.; países do leste asiático e do Pacífico de 31 p.p.; e países da América Latina de 21 p.p.” (FERRAZ; ORNELAS; PESSOA, p. 13, 2018). Portanto estes resultados sugerem que o país é historicamente fechado internacionalmente (FERRAZ; ORNELAS; PESSOA, 2018). O trabalho de Ferraz, Ornelas e Pessoa (2018) estuda o grau de abertura total da economia brasileira com os demais países até o período de 2016. De forma diferente o presente estudo realizou o grau de abertura até 2018, contemplando mais dois anos de política comercial brasileira, onde é possível observar uma possível mudança de tendência da economia brasileira para um caráter mais liberal em razão dos nossos resultados obtidos em 2018.

Outra forma utilizada pelos autores para visualizar essa abertura comercial foi analisar em posição exportadora e importadora que está o Brasil, em relação a outros países. Observa-se no quadro abaixo:

Figura 1: Ranking de PIB, Exportações e Importações Mundiais, Países Seleccionados, 2016

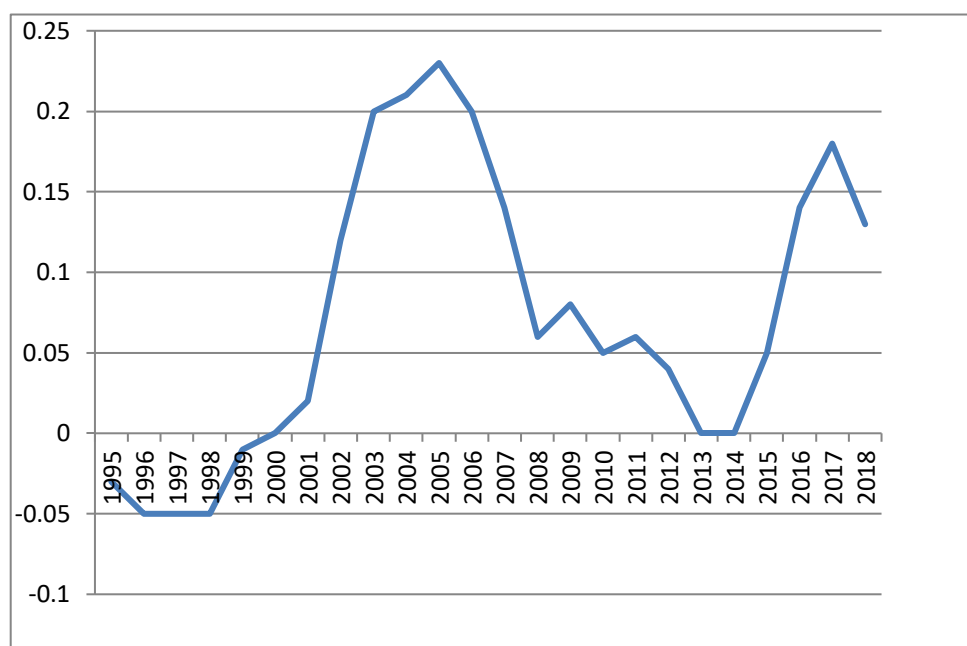
País	PIB	Exportações	Importações
EUA	1º	2º	1º
China	2º	1º	2º
Japão	3º	4º	8º
Índia	7º	17º	15º
Brasil	9º	21º	27º
Coréia do Sul	11º	6º	12º
Rússia	12º	14º	21º
México	15º	9º	11º
Argentina	21º	43º	46º
África do Sul	39º	33º	38º
Colômbia	40º	51º	50º
Chile	42º	40º	44º

Fonte: Ferraz, Ornelas e Pessoa (2018).

Após o estudo, foi concluído pelos autores que o Brasil no ano de 2016, foi o 21º exportador e apenas o 27º importador, mostrando a baixa interatividade internacional (FERRAZ; ORNELAS; PESSOA, 2018).

O Índice de Bela Balassa tem a finalidade de medir o grau de especialização do país. No presente estudo, o IBB é utilizado como um indicador para medir o nível de especialização do Brasil no período de 1995 a 2018 e pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3: Índice de Bela Balassa para a economia Brasileira – período 1995 a 2018



Fonte: Elaboração própria com dados do Comex Stat

No ano de 1995, observa-se que o Brasil apresentava baixo grau de especialização, pois os resultados se aproximavam de -1. Nesta época o país estava passando por um processo de estabilização dos preços devido ao Plano Real recém-implementado na economia brasileira. No que diz respeito ao comércio internacional nestes períodos ocorreram algumas instabilidades, pois no resto do mundo estavam acontecendo algumas crises que afetaram outras economias como o caso do Brasil. A crise mexicana em 1995, crise do sudeste asiático em 1997 e a crise russa em 1998 (RESENDE *et. al.*, 2018). Portanto, observa-se no Gráfico 3 que nos primeiros cinco anos, o país tinha um resultado mais próximo de -1 o que resulta fraqueza de especialização do país.

A média do período analisado foi de 0,07. Nos primeiros anos entre 1995 e 1998 os resultados de especialização do Brasil encontrados foram de -0,05 o que resulta em fraqueza de especialização do país como já dito anteriormente. A partir de 2000 pode-se ver uma tendência de crescimento, alcançando a média em 2002 e ultrapassando-a ela até 2005. Esse aumento de especialização ocorreu após a década de 2000, chegando no ponto mais alto em 2005, alcançando 0,16 pontos acima da média. Isso se explica, pois no ano de 2004 ocorreu o *boom* de *commodities*, o que se caracterizou de muitas oportunidades e crescimento para o Brasil com os demais países (RESENDE *et. al.*, 2018).

Nos anos de 2006 e 2007 houve uma tendência de declínio, que continuou a cair até 2008, onde ocorreu à crise dos “*subprimes*” que afetou várias economias pelo mundo todo, inclusive o Brasil (RESENDE *et. al.*, 2018).

Em 2009 a trajetória do IBB alcança à média, no entanto em 2012 o país estava com queda constante no PIB, ocasionado pela grande recessão que ocorreu na economia brasileira. Em 2015 e 2016 nota-se uma tendência de crescimento, que durou até 2017, e voltou a cair em 2018 (RESENDE *et. al.*, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi analisar a política comercial do Brasil, bem como o grau de abertura total do país no período de 1995 a 2018. Buscando através de dados mostrar que o Brasil impõe políticas restritivas ao comércio há décadas. Portanto fez-se uma fundamentação teórica com os principais autores que nos descrevem o protecionismo e as várias formas que este protecionismo é implementado no mercado. As medidas pelas quais são utilizadas para proteger o mercado são chamadas de barreiras comerciais, podendo ser barreiras tarifárias e não-tarifárias, impostas para diversos argumentos que defendem o protecionismo como: proteção da indústria nascente nas suas fases incipientes, para estímulo à substituição de importações a fim de fortalecer a indústria. Argumenta-se também como medida para a redução do desemprego e para impedimento do comércio desleal.

Após apresentar tais teorias fez-se um estudo da política comercial brasileira, o que nos mostrou que essas medidas restritivas são utilizadas na economia brasileira há décadas. A metodologia utilizada no trabalho foi dois indicadores internacionais muito usuais na atualidade: o Índice Grau de Abertura total, que visa mostrar a relação de abertura comercial do Brasil e o Índice de Bela Balassa, que objetiva mostrar o nível de especialização do Brasil.

Após calculados os indicadores nos períodos de 1995 a 2018 pode-se visualizar que o Brasil tem uma baixa interatividade internacional, ou seja, é considerado um país fechado no que concerne a relação comercial com os demais países. No entanto o Brasil possui alguns momentos em que essa abertura aumenta por acontecimentos históricos como o *boom* de *commodities* em 2004, ou diminui como em 2009 após a crise de 2008 que ocasionou muita instabilidade no mercado financeiro. No geral, a abertura comercial do Brasil não alterou seus resultados significativamente, ou seja, está estagnada.

Através do que foi exposto no trabalho e na pesquisa bibliográfica foi possível observar que a taxa de abertura no Brasil nos anos 1960 e hoje é de apenas 10 pontos percentuais o que em relação a outros países é muito baixo. Portanto é possível observar que o Brasil é um país, no que diz respeito ao comércio internacional, fechado, pois por mais que seu grau de abertura tenha aumentado nos anos de 1990 a 2010 saindo de 10,6% para 18,8 com crescimento de 24,5%, em

2004, a economia brasileira continua a não ter participação do comércio internacional.

Portanto a partir dos resultados dos índices calculados e das pesquisas realizadas verifica-se que o Brasil é considerado um país fechado, e está aquém de suas possibilidades de comércio com o resto do mundo.

O comércio internacional é muito importante para as economias, visto que nenhum país consegue produzir todos os bens que a sociedade precisa. Com o comércio internacional há ganhos para todas as economias, portanto se caracteriza de fundamental importância estudar a política comercial brasileira, afim de entender a política comercial do Brasil e os motivos pelos quais o país é fechado internacionalmente para estudos posteriores.

No cenário atual vê-se que a política comercial Brasileira está seguindo uma nova direção, o presidente Jair Messias Bolsonaro que iniciou seu governo em 2019 já mostrou que irá tomar medidas mais liberais no comércio internacional como redução das tarifas e negociação de acordos bilaterais. O trabalho analisou a política comercial brasileira no período de 1995 a 2018, não contemplando o ano de 2019, onde através de uma pesquisa foi possível observar uma sinalização mais liberal da política comercial do presidente Jair Messias Bolsonaro.

Na literatura foi encontrado que o país é fechado internacionalmente, que impõe barreiras tarifárias para proteger à sua indústria, o que pode ser confirmado com os resultados obtidos no trabalho, visto que, foi encontrado no cálculo dos índices propostos, uma baixa interatividade brasileira no comercio internacional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Balança comercial brasileira teve superávit de US\$ 58,3 bi em 2018**. Brasília, 2019. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/balanca-comercial-brasileira-teve-superavit-de-us-583-bi-em-2018>. Acesso em 29 de Out. de 2019.

BARRAL, Welber. **O Brasil e o Protecionismo**. 1. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

BATISTA, Paulo Nogueira. O MERCOSUL e os interesses do Brasil. **Revista Scielo**. V. 8, N 21, Ag, 1994.

BRUM, Algemiro Luís; DIDOLICH, Everton Fonseca. **O grau de abertura comercial e a taxa de cobertura global do Brasil entre 1950-2006**. Apresentação oral-comércio internacional, Ijuí, 2009.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional**. 4. Ed., São Paulo: Saraiva 2007.

CECHIN, Alicia; MONTOYA, Marco Antonio. Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008. **Teoria e Evidência Econômica**, n. 48, p. 150-171, Rio de Janeiro, jun., 2017.

CNI, Confederação Nacional da Indústria. **Manual sobre barreiras comerciais e aos investimentos**. Brasília: 2017.

DAVANZO, Jean Naves; et. al. **O comércio internacional e a política protecionista brasileira: Uma análise no período recente**. In: SIMPOSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA: XIV SEGET, 10, 2017, Rio de Janeiro. **Anals [...]**. Rio de Janeiro: Centro Federal de educação tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Disponível em:

<http://pppro.cefet-rj.br/index.php/2017/04/28/xiv-seget-simposio-de-excelencia-em-gestao-e-tecnologia/?lang=pb>. Acesso em 15 de Jul. de 2019.

DEREX. **Guia Antidumping**. São Paulo: CIESP, 2013. 40 p. Disponível em: <<http://www.ciesp.com.br/wpcontent/uploads/2013/09/Guia-Antidumping-Derex.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2019

FERRAZ, Lucas Pedreira do Couto; ORNELAS, Emanuel Augusto Rodrigues; PESSOA, João Paulo Cordeiro de Noronha. **Política comercial Brasileira: Estratégias de inserção internacional**. SEMINÁRIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOBRE ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL. São Paulo: Jul. de 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2014.

KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia Internacional**. 10 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LEITÃO, Fábio Pereira. **Política comercial e proteção tarifária: Uma análise comparativa entre a alíquota legal e a alíquota verdadeira**. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LEAL, Edson. **Economia Brasileira - 2005**. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/economia-brasileira-2005>. Acesso em: Out. de 2019.

LIMA, Enilson. et. al. **Integração e indicadores de internacionalização do Brasil e da Argentina nos últimos 20 anos**. *In*: 14 MOSTRA DA PRODUÇÃO UNIVERSITÁRIA (MPU), 10 , 2015, Rio Grande: **Anals [...]**. Rio Grande: Campos Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande, 2015.

MALDANER, Eduardo. et. al. **Políticas Protecionistas do Brasil no Primeiro Semestre de 2015**. *In*: XV MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 11, 2015, Caxias do Sul. **Anals [...]**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/index>. Acesso em 18 de agosto de 2019.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MILL, John Stuart. **Ensayo sobre la libertad**. São Paulo: Mestas, 1991.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Livre comércio versus Protecionismo: Uma análise das principais teorias do comercio internacional. **Revista Urutáguá**. N 11, p. 1-18, Dez, 2011.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. A política comercial Brasileira no contexto da crise econômico-financeira mundial de 2008 **IPEA**, Brasília, 2017.

RESENDE, André Lara. et. al. **Economia Brasileira: Notas breves sobre as décadas de 1960 a 2020**. P. 1-18, 2018.

SANTOS, Angela; PIACITELLI, Marcos. **O novo cenário do protecionismo global e os impactos para o Brasil**. COMEX do Brasil, 2017.

Disponível em: <<http://www.comexdobrasil.com/o-novo-cenario-do-protecionismo-global-e-os-impactos-para-o-brasil/>>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do Comércio Internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOUZA, José Manuel Baptista Meireles de. **Análise de compatibilidade empresa/ mercados de exportação com base na comparação dos índices de bela balassa**. São Paulo: 2005.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polônia. A Reforma da Política Comercial Brasileira: Motivações, desafios e efeitos sobre a produtividade. **Desafios da Nação: artigos de apoio, Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA)**. V. 1 p. 329-362, Abr. 2018.